



COMPANHIA DE INFORMÁTICA DE JUNDIAÍ – CIJUN

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO PLENO

(DIRETORIA JURÍDICA – AUDITORIA)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **03**.

Enquanto um mundo novo repleto de oportunidades se abre ao adolescente que vislumbra a fase adulta, é possível que aos seus responsáveis reste uma sensação oposta, de um mundo com menos brilho do que havia antes de os filhos crescerem. E não precisa nem que o tal ninho vazio se concretize — muitas vezes, a dor já começa antes.

A educadora e pesquisadora do comportamento adolescente Carolina Delboni diz que, para muitos pais, a sensação nessa fase da vida é de que perderam os filhos. “E, como os pais não sabem se relacionar com essa ‘perda’, muitas vezes eles acabam se relacionando pela raiva”, afirma. Com isso, a distância em casa só aumenta: adultos num canto, magoados, e os jovens no outro, se sentindo incompreendidos e buscando compreensão lá fora.

Também é papel dos pais, segundo Delboni, quebrar os estereótipos da adolescência — evitar cair na tentação, por exemplo, de acusar os filhos de serem lacônicos, de não saírem do quarto e do celular, ou de dizer que conversar com eles é impossível. “A gente tem o costume de rebater tudo o que vem do universo adolescente, de dizer que é coisa fútil, de chamar a música que eles gostam de ruim, de falar que o lugar que eles escolheram para ir passear não é o melhor etc. Sempre temos algo a dizer que mostra que eles deveriam estar fazendo diferente”, afirma a pesquisadora.

Para ela, este hábito “corta todos os vínculos” com o jovem. “O que isso vai acrescentar às relações? Nada. Não vai melhorar o vínculo, pelo contrário, e ainda não vai tirar ele dali do celular. Por outro lado, você já experimentou perguntar o que ele está vendo? Pode ser que ele não mostre, mas você fez uma pergunta, demonstrou interesse. Nesse cotidiano, estamos sempre querendo tirar o adolescente à força do seu lugar em vez de nos deslocarmos para o canto dele, sem reclamar”.

(Marcella Franco. *Estamos sempre querendo tirar o adolescente à força do seu lugar, diz educadora. Folha de S. Paulo*, 12.10.2023. Adaptado)

01. Com base no texto, é correto afirmar que a adolescência

- (A) é uma fase com menos brilho do que a infância, visto que os jovens lidam com dificuldade com a separação em relação aos pais.
- (B) deve ser mais bem compreendida pela família e pela escola, para que se orientem os jovens acerca dos tipos de relações e do estilo de vida ideais.
- (C) é um período que apresenta desafios para muitos pais, os quais têm dificuldade em lidar com a transformação dos filhos em relação à infância.
- (D) pode ser comparada à infância pela dificuldade de comunicação e pela necessidade constante de orientação dos jovens.
- (E) dá aos pais a sensação de ninho vazio, já que os jovens cortam todo e qualquer vínculo de afeto em relação a eles.

02. Em “Enquanto um mundo novo repleto de **oportunidades** se abre **ao adolescente...**” (1º parágrafo), as expressões em destaque exercem, respectivamente, as funções de

- (A) complemento nominal e objeto indireto.
- (B) adjunto adnominal e complemento nominal.
- (C) complemento nominal e agente da passiva.
- (D) adjunto adverbial e agente da passiva.
- (E) adjunto adnominal e objeto indireto.

03. Assinale a alternativa em que a exclusão da vírgula no trecho original mantém a norma-padrão de emprego da vírgula.

- (A) Enquanto um mundo novo repleto de oportunidades se abre ao adolescente que vislumbra a fase adulta é possível que aos seus responsáveis... (1º parágrafo)
- (B) E não precisa nem que o tal ninho vazio se concretize — muitas vezes a dor já começa antes. (1º parágrafo)
- (C) ... muitas vezes eles acabam se relacionando pela raiva” afirma. (2º parágrafo)
- (D) ... de dizer que é coisa fútil de chamar a música que eles gostam de ruim... (3º parágrafo)
- (E) Pode ser que ele não mostre mas você fez uma pergunta... (4º parágrafo)

04. Assinale a alternativa em que se observa emprego e colocação dos pronomes de acordo com a norma-padrão.

- (A) É necessário pensar antes de dizer algo aos filhos de modo que não lhes magoemos.
- (B) Interessar-se pelo que os adolescentes fazem os permitirá agir com mais confiança.
- (C) Há pais que relacionam-se com os filhos certos de que eles não têm vontade própria.
- (D) Pais queriam que os filhos se comportassem de novo como se deles dependessem.
- (E) No dia a dia, pais não sabem mais como tratar os filhos e têm criado-os incorretamente.

05. Pesquisas comprovam que adolescentes _____ pais fumam são mais propensos _____ fumarem. Além disso, nas famílias _____ os pais são fumantes verificou-se maior prejuízo _____ saúde dos filhos, mesmo que estes ainda não tenham adquirido esse hábito.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) cujos ... a ... onde ... a
- (B) os quais ... à ... em que ... à
- (C) os quais ... a ... onde ... à
- (D) cujos ... a ... em que ... à
- (E) cujos os ... a ... onde ... a

06. Um usuário tem um arquivo chamado Relatorio.txt, dentro da pasta C:\TEMP, criado no Microsoft Windows 10, em sua configuração original. Ao selecionar esse arquivo, através do Explorador de Arquivos, também em sua configuração original, clicar com botão secundário do mouse, selecionar a opção Enviar para e clicar em Área de trabalho (criar atalho), o Windows vai criar um atalho na Área de Trabalho e

- (A) apagará o arquivo Relatorio.txt da pasta C:\TEMP.
- (B) abrirá automaticamente o arquivo Relatorio.txt sempre que o Windows for iniciado.
- (C) não fará nenhuma alteração no arquivo Relatorio.txt da pasta C:\TEMP.
- (D) marcará o o arquivo Relatorio.txt da pasta C:\TEMP como oculto, apenas.
- (E) marcará o o arquivo Relatorio.txt da pasta C:\TEMP como oculto e somente leitura.

07. Um usuário criou um documento no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, com 15 páginas, com rodapé contendo um campo com a numeração automática de páginas, e imprimiu o documento. Algum tempo depois, esse usuário editou o documento e, na página 10, que tinha um texto que ia até a metade da página apenas, criou uma quebra de página após a última linha da página 10, não alterando o conteúdo dessa página. Por consequência, o rodapé atualizou a numeração das páginas. Assinale a alternativa que apresenta o conteúdo que o usuário deve preencher no campo Páginas, da janela Imprimir, para imprimir apenas as páginas que tiveram o conteúdo do rodapé alterado.

- (A) Deixar o conteúdo em branco, imprimindo assim todas as páginas do documento.
- (B) 10-15
- (C) 11-15
- (D) 11-16
- (E) 11+

08. Tem-se a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração original.

	A	B	C	D
1	3	5	6	9
2	10	9	4	
3	0	3	3	

A célula D1 contém a função =MAIOR(A1:C3;2). Assinale a alternativa que apresenta um conteúdo que, se alterado na célula A3, irá também mudar o resultado da célula D1 para 10.

- (A) Apagar o conteúdo da célula
- (B) -1
- (C) 8
- (D) 9
- (E) 10

09. Em uma apresentação com 5 slides, criada no Microsoft PowerPoint 2016, em sua configuração padrão, um usuário pressionou F5 para iniciar o Modo de Apresentação, e a apresentação foi iniciada pelo slide 2. Isso aconteceu porque

- (A) o slide 1 está oculto.
- (B) o slide 1 é um slide mestre.
- (C) o slide 2 está configurado com um o botão de ação Iniciar.
- (D) o slide 2 faz parte de uma seção de slides.
- (E) o slide 1 contém uma AutoForma que está fora da área de exibição do slide, e isso é considerado pelo PowerPoint como um erro.

10. Ana Paula, Eliana e Renato receberam uma mensagem de Ricardo, todos usando o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração padrão, sobre uma falha ocorrida em um processo. Ana Paula estava prestes a clicar no botão Responder a todos para cobrar mais explicações, quando notou que Eliana e Renato não sabem que ela recebeu a mensagem de Ricardo. Ela descobriu isso porque seu nome

- (A) foi adicionado no campo Cc do e-mail original de Ricardo.
- (B) não apareceu em nenhum dos campos Para e Cc no e-mail que ela recebeu.
- (C) apareceu com uma cor vermelha no e-mail recebido.
- (D) tinha ao lado um sinal de menos no e-mail recebido, indicando que se trata de uma cópia oculta.
- (E) apareceu em itálico e negrito no e-mail recebido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Considerando as disposições constitucionais sobre a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, cuja não observância implicará na nulidade do ato e crime de responsabilidade da autoridade responsável, nos termos da lei.
- (B) Deve-se franquear acesso dos usuários a registros administrativos e informações sobre atos de governo, ressalvados aqueles cujo sigilo seja comprovadamente imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que particulares causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (D) Os atos de improbidade administrativa resultam na suspensão da função pública, pelo tempo que perdurar a aplicação da sanção.
- (E) A avaliação periódica do servidor público, a ser realizada semestralmente, pode resultar na representação contra o exercício negligente de cargo, emprego ou função na administração pública.

12. Determinada prefeitura pretende desenvolver um aplicativo no qual o usuário de serviços do sistema de saúde possa opinar sobre o atendimento médico recebido e informar-se a respeito de medidas preventivas e vacinação, eventualmente, em atraso. O órgão que criou o aplicativo inseriu seu logotipo no aplicativo e, ao término do uso, agradeceu ao usuário pela colaboração com a prefeitura, incluindo o *slogan* da atual gestão “trabalhando para todos”.

Considerando a Constituição Federal, é correto afirmar que a criação do aplicativo

- (A) permite a participação e a informação do usuário, cuja inserção do logotipo do órgão e do *slogan* da Prefeitura não viola o princípio da moralidade.
- (B) deve garantir apenas informação ao usuário, cuja inserção do logotipo do órgão e do *slogan* da Prefeitura podem caracterizar promoção pessoal.
- (C) moderniza a gestão pública, ao garantir a participação e informação do usuário, cuja inserção do logotipo do órgão que o criou deve ser permitida, ao contrário do *slogan* da Prefeitura, uma vez que viola o princípio da moralidade.
- (D) potencializa o uso de dados para a gestão pública, oferecendo mecanismo para elaborar políticas públicas, sendo vedada a inserção do logotipo do órgão e do *slogan* da Prefeitura, uma vez que caracterizam promoção da gestão, permitindo-se a divulgação do nome de seus autores.
- (E) assegura o acesso à informação ao usuário, de forma clara, atendendo-se ao princípio da eficiência; ao passo que a opinião sobre a conduta médica, assim como a divulgação do logotipo do órgão e do *slogan* da Prefeitura violam o princípio da impessoalidade.

13. Considerando as disposições constitucionais sobre empresa pública e sociedade de economia mista, assinale a alternativa correta.

- (A) A sociedade de economia mista consiste na entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa e patrimônio próprio.
- (B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia, empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação pública, cuja criação de subsidiárias depende de ato interno da direção da pessoa jurídica.
- (C) Desde a expedição do diploma, deputados e senadores podem firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, como empresa pública ou sociedade de economia mista, quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (D) Compete à Justiça Federal julgar relações trabalhistas envolvendo empresa pública federal.
- (E) A empresa pública possui patrimônio próprio e capital exclusivamente público, sendo permitida a emissão de títulos ou valores mobiliários que sejam conversíveis em ações.

14. Dada a ausência de lei federal sobre determinado tema, de competência concorrente, o Estado X editou norma para suprir a lacuna, razão pela qual o Município editou, por sua vez, norma suplementar, de acordo com suas necessidades locais.

Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado não pode suprir a ausência normativa, razão pela qual usurpou competência da União, cuja norma municipal também padece do mesmo vício.
- (B) O Estado não pode suprir a ausência normativa, razão pela qual usurpou competência da União, porém a norma municipal deve vigorar, ao tratar de suas necessidades locais.
- (C) O Estado pode suprir a ausência normativa desde que a norma seja oriunda da Assembleia Legislativa, com aprovação de dois terços dos membros, cuja norma municipal extrai sua validade jurídica da norma estadual promulgada.
- (D) O Estado pode suprir a ausência normativa em razão do quanto previsto na Constituição Federal, cuja norma municipal extrai sua validade jurídica da norma estadual.
- (E) O Estado pode suprir a ausência normativa em razão do quanto previsto na Constituição Federal, porém tal não permite a edição de norma suplementar pelo município.

15. Com relação às competências constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Os municípios têm competência para regular o horário do comércio local, desde que não infringam leis estaduais ou federais válidas.
- (B) São da competência legislativa da união, dos estados e dos municípios a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento de suas respectivas autoridades.
- (C) É competente o Estado para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (D) É constitucional a lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- (E) Compete privativamente ao Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros de suas polícias civil e militar.

16. Determinado munícipe pretende acessar informações sobre sua empresa, constantes em aplicativo criado por órgão público, a fim de subsidiar recurso contra ato da administração fazendária que restringiu o exercício de suas atividades profissionais. No entanto, recebeu resposta negativa em todas as instâncias administrativas.

Considerando a Constituição Federal, o munícipe pode

- (A) ingressar com reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, dada a violação à Súmula Vinculante.
- (B) impetrar *habeas data*, haja vista a necessidade de acessar a informação.
- (C) impetrar mandado de segurança, haja vista a existência de direito líquido e certo.
- (D) apresentar pedido fundamentado ao Prefeito, com base em seu direito de petição.
- (E) apresentar pedido de acesso às informações no procedimento fiscal em trâmite.

17. Determinada associação da sociedade civil que defende os produtores locais pretende ingressar com Mandado de Segurança coletivo contra ato coator de autoridade pública de saúde municipal.

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que a ação deve ser impetrada:

- (A) Na justiça federal, haja vista o exercício de atividade delegada federal, bastando, como requisito formal, que esteja legalmente constituída.
- (B) Na justiça federal, haja vista o exercício de atividade delegada federal, e deve demonstrar que está em funcionamento há, no mínimo, seis meses.
- (C) Na justiça estadual, bastando, como requisito formal, que esteja legalmente constituída.
- (D) Na justiça estadual, e deve demonstrar que está em funcionamento há pelo menos um ano, e que a ação será para defender os interesses dos munícipes em geral.
- (E) Na justiça estadual, e deve demonstrar que está em funcionamento há pelo menos um ano, e que a ação será para defesa dos interesses de seus membros ou associados.

18. Determinado Prefeito editou decreto a fim de disciplinar sobre o atendimento aos usuários e criação de dispositivos eletrônicos para facilitar a gestão. No entanto, houve certa celeuma jurídica, no sentido de que a medida seria capaz de violar o direito à privacidade, previsto na Constituição Federal, sujeitando a norma à suspensão pelo Poder Legislativo local.

A fim de assegurar segurança jurídica, para que o material seja logo disponibilizado aos munícipes, o Prefeito poderá

- (A) impetrar mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça local contra as medidas que tramitam no Poder Legislativo local.
- (B) propor ação declaratória simples perante a justiça local, com pedido de liminar, para declarar a legalidade do decreto.
- (C) propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local.
- (D) propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- (E) editar medida provisória com mesmo conteúdo do decreto.

19. Determinada lei municipal foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade. O tribunal competente declarou a improcedência do pedido, cuja decisão posteriormente transitou em julgado.

Nesse sentido, é correto afirmar que a presunção de

- (A) constitucionalidade da norma passou a ser absoluta.
- (B) constitucionalidade da norma passou a ser relativa.
- (C) inconstitucionalidade da norma deixou de ser absoluta.
- (D) inconstitucionalidade da norma passou a ser absoluta.
- (E) inconstitucionalidade da norma deixou de ser relativa.

20. Condenado em segunda instância por improbidade administrativa, diretor de órgão público pretende interpor recurso extraordinário.

Considerando a situação, assinale a alternativa correta.

- (A) O recorrente deve demonstrar que a decisão recorrida contrariou dispositivo infraconstitucional.
- (B) O recorrente deve demonstrar que a decisão recorrida julgou válida lei local em face de lei federal.
- (C) Em razão da temática, é presumido o requisito da relevância das questões de direito federal discutidas no caso.
- (D) O tribunal pode não conhecer do recurso se um terço dos membros do órgão competente para julgamento não identificar a existência de repercussão geral.
- (E) É presumido o requisito da relevância, sendo afastada por decisão de dois terços do órgão competente para julgamento.

21. Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, salvo as de conteúdo processual, que dependem da respectiva regulamentação.
- (B) A lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (C) Não haverá pena de banimento, salvo no caso de estrangeiro condenado, em decisão transitada em julgado, por tráfico ilícito de entorpecentes.
- (D) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (E) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, que poderá apreciar casos excepcionais, assim decididos pelas autoridades nacionais.

22. Vários Municípios passaram a editar regras sobre direito tributário que, após serem submetidas a controle de constitucionalidade repressivo, eram declaradas inconstitucionais. No entanto, os Municípios eram beneficiados com a arrecadação até a declaração de inconstitucionalidade, tendo em vista a modulação de seus efeitos.

A fim de reduzir a edição de normas inconstitucionais e judicialização a respeito do assunto, é correto afirmar que

- (A) o Senado Federal pode editar resolução.
- (B) o STF pode editar súmula vinculante.
- (C) o Tribunal de Justiça local pode editar súmula com efeitos vinculantes, de aplicação compulsória pelos municípios.
- (D) o Congresso Nacional pode editar decreto legislativo.
- (E) as Câmaras de Vereadores devem exigir maior quórum para deliberar sobre os projetos de lei.

23. Após a edição de súmula vinculante pelo STF, a alteração da situação fática provocou a necessidade de alterar seu conteúdo.

Nos termos da Constituição, é correto afirmar que

- (A) a revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e mandado de segurança coletivo.
- (B) o cancelamento de súmula pode ocorrer de ofício, mediante decisão de dois terços de seus membros, ou por provocação dos legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade e mandado de segurança coletivo.
- (C) a revisão ou cancelamento de súmula poderá ser abordada em razões de recurso extraordinário.
- (D) o cancelamento de súmula somente pode ocorrer de ofício, mediante decisão da maioria absoluta de seus membros.
- (E) a revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

24. O conceito de direito administrativo enquanto sistema de princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento dos seus fins adota o critério

- (A) da administração pública.
- (B) teleológico.
- (C) legalista.
- (D) negativista.
- (E) do serviço público.

25. De acordo com a doutrina majoritária, são elementos ou requisitos dos atos administrativos:

- (A) competência, motivo, finalidade, objeto e forma.
- (B) presunção de legalidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade.
- (C) competência, tipicidade, forma e presunção de legalidade.
- (D) imperatividade, finalidade, autoexecutoriedade, forma e objeto.
- (E) presunção de legalidade, tipicidade, autoexecutoriedade, finalidade e imperatividade.

26. Os atos administrativos são classificados doutrinariamente em atos vinculados e atos discricionários. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de ato administrativo discricionário.

- (A) A aplicação de sanção disciplinar em face de servidor público.
- (B) A aplicação de multa por descumprimento de normas de posturas municipais.
- (C) A autorização para realização de evento em praça pública.
- (D) A concessão de alvará de funcionamento para estabelecimento comercial.
- (E) A concessão de aposentadoria do servidor por tempo de contribuição.

27. Em relação aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder disciplinar não se aplica aos particulares, ainda que tenham algum tipo de vínculo jurídico com a administração pública.
- (B) O atributo da autoexecutoriedade não é aplicável aos atos praticados no exercício do poder de polícia.
- (C) Em razão do poder hierárquico, é dever do subordinado obedecer a todas as ordens emitidas por seu superior.
- (D) O poder regulamentar é uma prerrogativa da administração pública para suplementar as leis, sendo permitida a introdução de regramentos gerais na ordem jurídica.
- (E) Punir um servidor público utilizando-se do instituto da remoção constitui um exemplo de abuso de poder.

28. De acordo com o princípio da autotutela administrativa, para que um agente público possa anular seus atos ilegais ou revogar os inconvenientes

- (A) é exigida autorização judicial prévia que declare a ilegalidade do ato.
- (B) é necessário obter uma autorização legislativa prévia e explícita para cada ato.
- (C) é preciso que o ato sob autotutela tenha provocado prejuízo ao erário.
- (D) deve-se observar o respeito ao direito adquirido no caso de revogação.
- (E) deve haver um agente competente diferente daquele que cometeu a ilegalidade para efetuar a correção.

29. Assinale a alternativa correta que versa sobre o instituto do processo administrativo.

- (A) Recentemente, a lei geral de processos administrativos foi alterada para reduzir o prazo prescricional aplicável aos processos administrativos de cinco para três anos.
- (B) A Constituição de 1988 adota o sistema de jurisdição dual onde prevê a existência do contencioso administrativo e mantém a separação de jurisdições, assegurando que a lei não exclua do exame pelo Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça a direitos.
- (C) Existem processos administrativos não contenciosos e contenciosos, sendo que os últimos, durante sua tramitação, compartilham muitas semelhanças com procedimentos judiciais, culminando com a decisão do próprio Estado, que atua como parte e julgador.
- (D) Os processos administrativos não podem ter como objeto a imposição de sanções ao particular, sob pena de ferimento à reserva de jurisdição estabelecida pela Constituição Federal.
- (E) A motivação deve estar presente em todos os atos praticados no processo administrativo, mesmo que não envolvam interesses de terceiros, uma vez que constitui um pressuposto ou requisito do ato administrativo.

30. Os Serviços Públicos são definidos como qualquer atividade material que a legislação confere ao Estado para que ele a realize com o propósito de atender de maneira efetiva às demandas coletivas, os quais podem ser delegados a particulares mediante diferentes modalidades.

Sobre as modalidades de delegação de serviço público, é correto afirmar que

- (A) o serviço sujeito a concessão ou permissão deve ser adequado, atendendo aos requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualização, abrangência, cortesia na prestação e, quando aplicável, gratuidade.
- (B) o ente concedente do serviço público é responsável solidário pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores contratados pela concessionária.
- (C) os serviços públicos considerados essenciais não podem ser objeto de concessão.
- (D) é permitida a contratação de terceiros para executar atividades relacionadas ao serviço concedido, a fim de cumprir o contrato de concessão.
- (E) se pode utilizar a permissão para a prestação de serviços, sendo essa modalidade precária e sujeita à revogação unilateral pelo poder concedente, dispensando a realização de licitação.

31. Sobre os conceitos básicos nas licitações públicas trazidos pela Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser facilmente identificados pelos licitantes por meio de especificações usuais de mercado, sem necessidade de detalhamento no edital.
- (B) Bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos em edital, exigida justificativa prévia do contratante.
- (C) Serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública decorrentes de necessidades com prazo superior a um exercício financeiro.
- (D) Serviços não contínuos ou contratados por escopo: aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, não podendo ser prorrogado.
- (E) Estudo técnico preliminar: documento constitutivo da segunda etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

32. A Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento denominado edital da licitação sobre o qual estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes e contratados.

Em relação aos princípios das licitações públicas, essa regra se refere ao princípio da

- (A) legalidade estrita.
- (B) isonomia entre os licitantes.
- (C) ampla publicidade.
- (D) vinculação ao instrumento convocatório.
- (E) legalidade mitigada.

33. A margem de preferência é um percentual definido pela Administração Pública, com limite máximo de 25%, no qual se entenderá mais vantajosa a proposta de preços, mesmo não sendo a de menor valor, desde que privilegiada por cumprir o requisito da preferência e estar dentro dessa margem prefixada.

De acordo com o disposto na Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa que apresenta um caso que possibilita a utilização dessa margem de preferência no processo licitatório.

- (A) Bens que utilizam tecnologia patenteada no exterior.
- (B) Serviços nacionais que respeitam as normas técnicas brasileiras.
- (C) Produtos manufaturados que respeitam as normas técnicas internacionais.
- (D) Empresas que comprovem geração de emprego e renda, prioritariamente, nas regiões de difícil acesso no país.
- (E) Bens ou serviços desenvolvidos por empresas que atendam a normas ambientais.

34. Com base na Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assinale a alternativa correta.

- (A) Em consonância com o princípio da publicidade, o valor estimado do contrato a ser celebrado por uma empresa pública ou uma sociedade de economia mista será de conhecimento público, ficando a contratante obrigada divulgar o valor estimado do objeto da licitação.
- (B) Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços de engenharia e de publicidade às empresas públicas e às sociedades de economia mista, serão precedidos de licitação nos termos da lei geral de licitações, não sendo aplicável o regramento especial da Lei 13.303/2016.
- (C) É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- (D) A contratação direta por empresas públicas e sociedades de economia mista é possível quando se tratar de serviços técnicos especializados de publicidade e divulgação com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (E) As licitações conduzidas e os contratos estabelecidos por empresas públicas e sociedades de economia mista devem respeitar diversos princípios, incluindo a aderência ao instrumento convocatório e o compromisso com o desenvolvimento nacional sustentável.

35. No âmbito de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Município de Jundiá, foi constatada a existência de despesas irregulares realizadas em processo licitatório de grande vulto com desvios de recursos públicos perpetrado por um servidor público, que exerce função de gestão. Sendo certo que no exercício de suas funções esse servidor poderá retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao erário ou inviabilizar o seu ressarcimento.

Nesse caso, assinale a alternativa correta acerca das competências e atribuições do referido Tribunal de Contas quanto ao afastamento do servidor do exercício de suas funções.

- (A) O Tribunal de Contas pode, de ofício, determinar, cautelarmente, o afastamento temporário do servidor responsável, independentemente de parecer prévio do Ministério Público de Contas ou de autorização judicial.
- (B) O Tribunal de Contas pode promover o afastamento em caráter definitivo somente se houver requerimento do Ministério Público de Contas.
- (C) O afastamento temporário do servidor não pode ser realizado antes da decisão definitiva do Tribunal de Contas, em conformidade com o princípio da presunção de inocência.
- (D) O Tribunal de Contas não pode promover o afastamento temporário, apenas o Poder Judiciário, com base em um pedido do Ministério Público do Estado de São Paulo.
- (E) O afastamento, seja em caráter definitivo ou temporário, não pode ser promovido pelo Tribunal de Contas, somente pelo Poder Judiciário, mediante solicitação do Ministério Público de Contas ou do Ministério Público do Estado de São Paulo.

36. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao Erário a seguinte conduta dolosa:

- (A) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.
- (B) liberar recurso a entidade privada em razão da prestação de serviços de saúde sem a prévia celebração de convênio ou instrumento congênere.
- (C) violar as regras relacionadas à celebração, supervisão e aprovação de contas de parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações privadas.
- (D) nomear ou indicar indivíduos por motivos políticos, por parte dos ocupantes de cargos eletivos.
- (E) realizar ações com o propósito contrário ao estipulado em lei ou regulamento, ou em desacordo com a competência estabelecida.

37. Para os efeitos da Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, considera-se

- (A) informação sigilosa: aquela submetida definitivamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- (B) informação restrita: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- (C) documento: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção de provas.
- (D) informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- (E) informação: apenas os dados processados que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

38. Acerca do sistema de registro de preços, com base na Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia observadas as condições legais.
- (B) Não poderá ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
- (C) A existência de preços registrados gera o compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, obrigando a Administração a contratar com os fornecedores registrados.
- (D) O prazo de vigência da ata de registro de preços não se confunde com o prazo do contrato dela decorrente e será de 1 (um) ano sem possibilidade de prorrogação.
- (E) É permitida a adesão de órgãos federais à ata de registro de preços gerenciada por órgão estadual, distrital ou municipal e vice-versa.

39. No que diz respeito ao disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, em especial quanto à segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, é certo que, para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável. Acerca do compromisso, assinale a alternativa correta.

- (A) Produzirá efeitos após a intimação pessoal das partes interessadas.
- (B) Buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses pessoais das partes interessadas.
- (C) Poderá envolver transação quanto a sanções e créditos relativos ao passado e, ainda, o estabelecimento de regime de transição.
- (D) Poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral.
- (E) Deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

40. Assinale a alternativa que corresponde a um exemplo de um negócio jurídico bifronte.

- (A) Compra e Venda.
- (B) Depósito.
- (C) Comodato.
- (D) Locação.
- (E) Empreitada.

41. Assinale a alternativa que traz a característica correspondente à modalidade de obrigação descrita.

- (A) Obrigações alternativas - Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- (B) Obrigação de dar coisa incerta - No caso de pluralidade de optantes, não havendo acordo unânime entre eles, decidirá o juiz, findo o prazo por este assinado para a deliberação.
- (C) Obrigação de dar coisa certa - Se a prestação do fato se tornar impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação; se por culpa dele, responderá por perdas e danos.
- (D) Obrigação de fazer - Em caso de urgência, pode o credor, independentemente de autorização judicial, executar ou mandar executar o fato, sendo depois ressarcido.
- (E) Obrigação de não fazer - Extingue-se a obrigação de não fazer, ainda que, com culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

42. João possui um carro clássico muito desejado por colecionadores locais. José e Maria, amigos bastante próximos, sempre expressaram interesse em adquirir o carro caso João decidisse vendê-lo, razão pela qual formalizaram um documento impondo a João a obrigação de oferecer o carro para eles antes de oferecer para outras pessoas. Um dia, João toma a decisão de vender o carro. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) João poderá estipular o prazo de até um ano para que José e Maria exerçam o direito de preferência.
- (B) Se João não estipular prazo para que eles exerçam o direito de preferência, este caducará não se exercendo nos cinco dias subsequentes à data em que Maria e José tiverem notificado João.
- (C) Caso José não queira exercer o seu direito, Maria poderá utilizá-lo de forma sobredita.
- (D) Caso José e Maria não tenham condições financeiras para arcar com a aquisição do veículo, poderão ceder o direito de preferência para terceiros.
- (E) Caso João venda o carro para uma terceira pessoa, ambos responderão solidariamente pelas perdas e danos, independentemente de comprovação de má-fé.

43. Acerca da sociedade em comum, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- (B) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expresse limitativo de poderes, que terá eficácia *erga omnes*.
- (C) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade de qualquer modo.
- (D) Todos os sócios respondem subsidiária e limitadamente pelas obrigações sociais, respeitado do benefício de ordem.
- (E) Trata-se de uma hipótese de sociedade personificada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

44. A petição inicial será indeferida quando

- (A) o pedido contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) a prescrição ou decadência puder ser verificada desde logo.
- (C) o pedido for indeterminado em ações em que a determinação do valor da condenação dependa de ato que deva ser praticado pelo autor.
- (D) o pedido contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- (E) o autor não emendar ou completar a petição inicial que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito.

45. A execução fundada em título extrajudicial será processada perante o juízo competente, observando-se o seguinte:

- (A) a execução deverá ser proposta no foro da situação dos bens sujeitos à execução ou, subsidiariamente, no foro do domicílio do executado.
- (B) tendo mais de um domicílio, o executado será demandado no foro em que possua mais bens passíveis de penhora.
- (C) sendo incerto ou desconhecido o domicílio do executado, a execução será proposta no foro de domicílio do exequente.
- (D) havendo mais de um devedor, com diferentes domicílios, a execução será proposta no foro de qualquer deles, à escolha do exequente.
- (E) a execução poderá ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou em que ocorreu o fato que deu origem ao título, desde que nele ainda resida o executado.

46. Manuela propôs ação de reparação de danos em face de Joaquim requerendo o pagamento de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais. Joaquim foi devidamente citado e apresentou contestação. Em primeira instância, a ação foi julgada improcedente, razão pela qual Manuela interpôs apelação que foi recebida e julgada procedente por dois desembargadores e improcedente por um desembargador. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros três julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno do tribunal.
- (B) Às partes e a eventuais terceiros, é assegurado o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.
- (C) O prosseguimento do julgamento dar-se-á obrigatoriamente na sessão seguinte, colhendo-se os votos de outros julgadores que porventura componham o órgão colegiado.
- (D) Os julgadores que já tiverem votado não poderão rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento.
- (E) O voto vencido será necessariamente declarado, mas não será considerado parte integrante do acórdão.

47. Sabrina, empresária do ramo alimentício, casou-se com um estrangeiro e se mudaram para a Itália. Buscando resolver todas suas pendências, Sabrina decidiu fechar sua empresa e, para tanto, pagou todos os tributos devidos e apresentou toda documentação necessária. Mesmo assim, o pedido de encerramento de sua empresa foi denegado sem a apresentação de justificativa. Sabrina decide então impetrar, em nome próprio, mandado de segurança em face da autoridade competente, uma vez constatado o abuso de poder e a ilegalidade dos atos praticados. Sabrina apresentou as provas pré-constituídas e a autoridade competente apresentou defesa. A sentença, sem decidir o mérito, denegou a segurança, uma vez verificada a ausência de legitimidade da parte. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Sabrina

- (A) não poderá renovar o pedido de mandado de segurança, uma vez que já houve sentença.
- (B) poderá renovar o pedido de mandado de segurança mesmo depois de decorrido o prazo de 120 dias da ciência do ato impugnado, uma vez que a propositura da ação interrompe a prescrição.
- (C) poderá pleitear seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais por meio de ação própria.
- (D) não poderá pleitear seus direitos por meio de ação própria, uma vez que já houve sentença.
- (E) apenas poderá propor apelação, não sendo possível renovar o pedido e nem pleitear seus direitos por meio de ação própria.

48. Acerca dos juizados especiais cíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) O Juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- (B) Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante os Juizados Especiais pelo prazo de dois anos após o término do desempenho de suas funções.
- (C) Admite-se o litisconsórcio, a intervenção de terceiro e a assistência.
- (D) Por se tratar de julgamento de causas cíveis de menor complexidade, não é permitida a intervenção do Ministério Público.
- (E) Nas causas de valor até vinte salários mínimos, a massa falida poderá ser representada pelo seu administrador judicial; nas de valor superior, a assistência por advogado é obrigatória.

DIREITO DO TRABALHO

49. De acordo com a classificação doutrinária sobre a tutela protetiva do trabalhador, assinale a alternativa que menciona os três principais desdobramentos do princípio da proteção do empregado.

- (A) Aplicação da norma mais favorável ao trabalhador; aplicação da condição mais benéfica ao trabalhador; e poder diretivo do empregador.
- (B) *Jus variandi* do empregado; continuidade da relação de emprego; e primazia da realidade.
- (C) Alteridade; subordinação técnica; e aplicação da norma mais favorável ao trabalhador.
- (D) *In dubio pro operário*; aplicação da norma mais favorável ao trabalhador; e *jus variandi* do empregado.
- (E) *In dubio pro operário*; aplicação da norma mais favorável ao trabalhador; e aplicação da condição mais benéfica ao trabalhador.

50. Relativamente à duração diária de trabalho do empregado, nos termos da CLT, poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, que poderão ser autorizadas mediante

- (A) acordo coletivo ou convenção coletiva, devendo a remuneração da hora extra ser estabelecida em dissídio coletivo de trabalho, obedecido o patamar máximo de 60% superior à remuneração da hora normal.
- (B) acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, sendo a remuneração da hora extra, no mínimo, 50% superior à remuneração da hora normal.
- (C) acordo coletivo, devendo ser a remuneração da hora extra 20% superior à remuneração da hora normal.
- (D) convenção coletiva, sendo a remuneração da hora extra, no mínimo, 20% superior à remuneração da hora normal.
- (E) acordo coletivo ou convenção coletiva, devendo a remuneração da hora extra ser estabelecida apenas em dissídio coletivo de trabalho, obedecido o patamar mínimo de 50%.

51. Considere que uma empresa fica situada em local de difícil acesso, razão pela qual fornece ônibus para o transporte de seus empregados, dispendendo em média 1 hora para ir e 1 hora para voltar, por dia. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, esses empregados

- (A) fazem *jus* a 2 horas extras diárias com adicional de 50%.
- (B) devem receber 2 horas extras diárias, limitada a 10 horas semanais, devendo as horas que excederem esse limite serem compensadas mediante folga até o mês subsequente.
- (C) devem receber 2 horas extras diárias, limitada a 6 horas semanais, devendo as horas que excederem esse limite serem compensadas mediante folga até o mês subsequente.
- (D) fazem *jus* a 2 horas extras diárias com adicional de 60%, por se tratar de jornada *in itinere*.
- (E) não devem receber horas extras nessa situação, por não se configurar tempo à disposição do empregador.

52. Relativamente à rescisão indireta, nos termos da CLT, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo, quando

- (A) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
- (B) correr perigo manifesto de mal considerável.
- (C) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.
- (D) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.
- (E) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.

53. Acerca do direito material do trabalho, considerando a orientação jurisprudencial do TST, assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição relativa à equiparação salarial é total e só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 5 (cinco) anos que precedeu o reconhecimento judicial ou extrajudicial.
- (B) A majoração do valor do repouso semanal remunerado, decorrente da integração das horas extras habituais, não pode repercutir no cálculo das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, sob pena de *bis in idem*.
- (C) A supressão das comissões, ou a alteração quanto à forma ou ao percentual, em prejuízo do empregado, não é suscetível de operar a prescrição total da ação.
- (D) O desrespeito ao intervalo mínimo interjornada previsto na CLT acarreta, por analogia, o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, devendo-se pagar a integralidade das horas que foram subtraídas do intervalo, acrescidas do respectivo adicional.
- (E) O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado não goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho.

54. Relativamente ao processo do trabalho, conforme o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o exequente tiver várias opções para realizar a execução, o juiz deve optar pelo método menos oneroso para o executado, e cabe a este alegar que a medida executiva escolhida é mais gravosa, propondo alternativas mais eficazes e menos dispendiosas.
- (B) É permitida a aplicação dinâmica do ônus da prova no Processo Trabalhista, podendo as partes acordar uma distribuição diferente desse ônus.
- (C) Em ações que buscam uma ordem para fazer ou não fazer, a concessão da tutela específica destinada a evitar a prática, a repetição ou a continuação de uma ilegalidade, ou a sua remoção, depende da demonstração de dano, culpa ou dolo.
- (D) A mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma é válida para comprovação de divergência jurisprudencial, quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão divergente.
- (E) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo necessária que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

55. Mariana, residente e domiciliada em Campinas, firmou contrato de emprego com a Empresa X sediada na cidade de São Paulo, para prestar serviços em Jundiaí, na medida em que seu empregador exerce atividades em diversas localidades do Estado de São Paulo.

Considere que Mariana foi dispensada sem receber integralmente as verbas rescisórias a que teria direito.

Com base nas regras de competência previstas na CLT, eventual reclamação trabalhista da Mariana deverá ser proposta:

- (A) somente na cidade de São Paulo, por ser o local da contratação.
- (B) somente na cidade de Campinas, por ser o local do seu domicílio.
- (C) nas cidades de São Paulo, Jundiaí ou Campinas, por serem, respectivamente, o foro da celebração do contrato, o foro da prestação dos serviços e o foro do domicílio do empregado.
- (D) somente nas cidades de São Paulo ou Jundiaí, por serem, respectivamente, o foro da celebração do contrato e o da prestação dos serviços.
- (E) somente nas cidades de São Paulo ou Campinas, por ser, respectivamente, o foro da celebração do contrato e o foro do domicílio do empregado.

56. Relativamente às audiências no processo do trabalho, assinale a alternativa correta nos termos da CLT.

- (A) A audiência de julgamento será contínua, mas, se isso não for viável devido a circunstâncias de força maior, o magistrado ou presidente agendará sua continuação para a primeira data disponível, sem necessidade de novo aviso.
- (B) A parte deve apresentar sua defesa por escrito em audiência, não lhe sendo permitida a apresentação antecipada por meio do sistema de processo judicial eletrônico.
- (C) Na ausência do réu, não serão aceitos a contestação e quaisquer documentos, ainda que presente o seu advogado.
- (D) Após a conclusão da fase de instrução, as partes poderão apresentar suas alegações finais, com um limite de 15 minutos para cada uma. Em seguida, o juiz fará uma nova proposta de conciliação, e, se essa não for aceita, proferirá sua decisão.
- (E) Se ocorrer um motivo relevante, o juiz poderá interromper a audiência e promover o julgamento virtual, sem necessidade de agendar uma nova audiência.

57. Acerca do processo de execução na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O processo de execução trabalhista é autônomo em relação ao processo de conhecimento, razão pela qual não será competente o juiz que tiver conciliado originariamente o dissídio.
- (B) A execução será promovida pelas partes, não sendo permitida a execução de ofício pelo juiz, ainda que as partes não estejam representadas por advogado.
- (C) A liquidação da sentença não abrange os cálculos das contribuições previdenciárias devidas, uma vez que devem ser recolhidas de forma apartada com a participação da Procuradoria da fazenda Nacional.
- (D) Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, de imediato, o valor dos respectivos honorários a serem pagos pela parte vencida.
- (E) Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

58. No âmbito da Justiça do Trabalho, garantida a execução ou penhorados os bens, o executado poderá apresentar embargos no prazo de

- (A) 8 (oito) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 5 (cinco) dias.
- (D) 15 (quinze) dias.
- (E) 30 (trinta) dias.

59. Assinale a alternativa que apresenta o conceito sobre a Seguridade Social, nos termos legais.

- (A) Compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.
- (B) É direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- (C) Tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.
- (D) É a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social.
- (E) É a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, mediante a contribuição prévia à Seguridade Social.

60. Conforme previsão legal, a organização da previdência social deve obedecer a alguns princípios e diretrizes, dentre eles:

- (A) cálculo dos benefícios, considerando-se o valor do salário-mínimo estadual, corrigidos diariamente.
- (B) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional.
- (C) universalidade de participação nos planos previdenciários, independentemente de contribuição.
- (D) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.
- (E) acesso universal e gratuito.

61. Nos termos da Constituição Federal, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado

- (A) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- (B) compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
- (C) no âmbito da União, aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.
- (D) os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação no ensino médio e ou universitário.
- (E) por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será facultada a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

DIREITO TRIBUTÁRIO

62. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

_____ é um tributo instituído _____ para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo, como limite total, a despesa realizada, e, como limite individual, o acréscimo de valor, que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

- (A) Imposto... pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios
- (B) Taxa...pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios
- (C) Contribuição de melhoria... pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios
- (D) Imposto... apenas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios
- (E) Contribuição de melhoria... apenas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios

63. A empresa Alfa Ltda., empresa de médio porte que atua no mercado varejista, vende um de seus vários estabelecimentos para a empresa Beta Ltda., em 15/01/2020. Tanto a Alfa Ltda., como a Beta Ltda. com o estabelecimento recém-adquirido dão continuidade à atividade empresarial no mesmo ramo de negócio. Em janeiro de 2022, o estabelecimento adquirido pela Beta Ltda. sofre uma fiscalização na qual foi lançado tributo referente a fatos geradores ocorridos em setembro de 2019. Após o contencioso administrativo, há a inscrição do tributo em dívida ativa.

Diante dessa situação, e considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre a responsabilidade de sucessores, é correto afirmar que

- (A) somente a empresa Alfa Ltda. responderá pelo pagamento do tributo devido.
- (B) tanto a Alfa Ltda. como a Beta Ltda. responderão pelo tributo devido, porém a Beta Ltda. responde subsidiariamente.
- (C) somente a empresa Beta Ltda. responderá pelo pagamento do tributo devido.
- (D) tanto a Alfa Ltda. como a Beta Ltda. responderão solidariamente pelo tributo devido.
- (E) tanto a Alfa Ltda. como a Beta Ltda. responderão pelo tributo devido, porém a Alfa Ltda. responde subsidiariamente.

64. "Trata-se da instituição do tributo em favor de entes diversos do Estado, arrecadados por eles próprios e tem por escopo a arrecadação de recursos para o custeio de atividade que, em princípio, não integra funções próprias do Estado, sendo desenvolvidas por intermédio de entidades específicas."

Esse conceito refere-se:

- (A) fiscalidade.
- (B) extrafiscalidade.
- (C) isonomia.
- (D) legalidade.
- (E) parafiscalidade.

65. A Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra decide aumentar a alíquota e a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) tanto o aumento da alíquota, como da base de cálculo, são exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal e da anterioridade anual.
- (B) tanto o aumento da alíquota, como da base de cálculo, devem observar o princípio da anterioridade nonagesimal e da anterioridade anual.
- (C) o aumento da alíquota do IPTU deve observar tanto o princípio da anterioridade nonagesimal como anual, enquanto o aumento da base de cálculo do IPTU deve observar apenas o princípio da anterioridade anual.
- (D) o aumento da alíquota de IPTU deve observar tanto o princípio da anterioridade nonagesimal como anual, enquanto o aumento da base de cálculo do IPTU deve observar apenas o princípio da anterioridade nonagesimal.
- (E) tanto o aumento da alíquota, como da base de cálculo, devem observar apenas ao princípio da anterioridade anual.

66. A Prefeitura Municipal de Santa Maria da Serra institui uma taxa para custeio de iluminação pública cobrada juntamente o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

No que se refere a tal procedimento, assinale a alternativa correta.

- (A) A taxa para custeio de iluminação pública instituída pelo Município é legítima, mas não poderá ser cobrada juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).
- (B) A instituição de taxa para custeio de iluminação pública e sua cobrança juntamente com o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) são legítimos.
- (C) O Município não poderá cobrar nem taxa, nem contribuição para custear serviços de iluminação pública, pois não há previsão constitucional nesse sentido.
- (D) O Município não poderá cobrar taxa para custeio de iluminação pública, mas poderá instituir contribuição para tal custeio, que poderá ser cobrada na fatura de consumo de energia elétrica.
- (E) O Município não poderá cobrar taxa para custeio de iluminação pública, mas poderá instituir contribuição para tal custeio, cobrada necessariamente em conjunto com o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

67. Assinale a assertiva correta segundo o que dispõe a Lei nº 13.303/2016.

- (A) A empresa pública e a sociedade de economia mista por serem regidas pela Lei das Sociedades por Ações podem lançar debêntures e outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações, bem como emitir partes beneficiárias.
- (B) A lei que autorizar a criação da empresa pública e da sociedade de economia mista deverá dispor sobre as diretrizes na elaboração do estatuto da companhia, dentre as quais a constituição e funcionamento do Conselho de Administração, observado o número mínimo de três e o número máximo de sete membros.
- (C) A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão criar a Divisão de Contingenciamento para verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.
- (D) Às empresas públicas, às sociedades de economia mista de capital fechado e suas subsidiárias aplicam-se as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.
- (E) O estatuto social da empresa pública e da sociedade de economia mista não poderá prever a possibilidade de que a área de *compliance* se reporte diretamente ao Conselho de Administração nas situações em que se suspeite do envolvimento do diretor-presidente em irregularidades.

68. A Lei nº 6.404/1976 admite a criação de uma ou mais classes de ações ordinárias com atribuição de voto plural, não superior a 10 votos por ação ordinária na companhia fechada e na companhia aberta, nas condições que estabelece para essa última.

A respeito do voto plural, é correto afirmar que

- (A) será permitida a alteração de classe de ações ordinárias com atribuição de voto plural, para majorar os respectivos direitos ou vantagens, uma vez iniciada a negociação das ações ou dos valores mobiliários conversíveis em ações em mercados organizados de valores mobiliários.
- (B) será adotado o voto plural nas votações realizadas pela assembleia de acionistas que deliberarem sobre a remuneração dos administradores e a celebração de transações com partes relacionadas que atendam os critérios de relevância definidos pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (C) as disposições relativas ao voto plural não se aplicam às empresas públicas, às sociedades de economia mista, às suas subsidiárias e às sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.
- (D) na hipótese de transferência, a qualquer título, no caso de o alienante permanecer indiretamente como único titular de ações com voto plural e dos direitos políticos por elas conferidos, tais ações serão automaticamente convertidas em ações ordinárias sem voto plural.
- (E) serão permitidas as operações de incorporação, de incorporação de ações e de fusão de companhia aberta que não adote voto plural, e cujas ações ou valores mobiliários, conversíveis em ações, sejam negociados em mercados organizados, em companhia que adote voto plural.

69. Segundo dispõe a Lei nº 9.279/1996, para exploração da patente ou do pedido de patente, poderá ser concedida licença, nos casos de emergência nacional ou internacional ou de interesse público declarados em lei ou em ato do Poder Executivo Federal, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional pelo Congresso Nacional, sem prejuízo dos direitos do respectivo titular, desde que o titular ou seu licenciado não atenda a essa necessidade.

De acordo com a Lei, a licença, assim concedida, será temporária,

- (A) compulsória, de ofício e não exclusiva.
- (B) facultativa, de ofício e exclusiva.
- (C) vinculada, a requerimento do interessado e exclusiva.
- (D) compulsória, a requerimento do interessado e exclusiva.
- (E) facultativa, a requerimento do interessado e exclusiva.

70. No que se refere às debêntures, conforme a disciplina que lhes é conferida pela Lei nº 6.404/1976, é correto afirmar que a

- (A) companhia poderá efetuar mais de uma emissão de debêntures, e cada emissão pode ser dividida em séries, sendo que as da mesma série terão igual valor nominal e conferirão a seus titulares os mesmos direitos.
- (B) companhia é obrigada a adquirir debêntures de sua emissão por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, sob pena de perdas e danos aos debenturistas prejudicados.
- (C) debênture deverá assegurar ao seu titular juros, fixos ou variáveis, sendo vedado qualquer direito deste à participação no lucro da companhia ou prêmio de reembolso.
- (D) debênture tem garantia, especificamente flutuante, que lhe assegura o privilégio especial sobre o ativo da companhia e impede a negociação dos bens que o compõem.
- (E) deliberação sobre a emissão de debêntures e o controle de sua amortização e resgate são de competência privativa, respectivamente, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da companhia.

71. Determina a Lei nº 13.303/2016 que a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir em sua estrutura, na qualidade de auxiliar do Conselho de Administração e ao qual deverá se reportar diretamente, um órgão com competência, dentre outras, para avaliar e monitorar exposições de risco da empresa pública ou da sociedade de economia mista. Referido órgão é

- (A) a Diretoria Executiva.
- (B) a Diretoria Consultiva.
- (C) o Conselho Fiscal.
- (D) a Divisão de Contingenciamento.
- (E) o Comitê de Auditoria Estatutário.

72. Os entes da Federação poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observadas as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e, no caso da União, observados também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal e as normas emitidas pelo Ministério da Economia acerca da classificação de capacidade de pagamento dos mutuários.

A esse respeito, conforme disciplina referida lei complementar, é correto afirmar que

- (A) será permitido às entidades da administração indireta e suas empresas controladas e subsidiárias conceder garantia com recursos provenientes de fundos, vedada a concessão de garantia por empresa controlada a subsidiária ou controlada sua.
- (B) a garantia é condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser exigida quando se tratar de órgãos e entidades do próprio ente federativo.
- (C) o ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estados, em razão de garantia prestada em operação de crédito, não poderá ser impedido de ter acesso a novos créditos ou financiamentos, sob a alegação da dívida liquidada estar em aberto.
- (D) é vedado à União e aos Estados, quando honrarem a dívida de outro ente da Federação, em razão da garantia prestada, condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento.
- (E) se tratando de operação de crédito junto a organismo internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além da exigência especificamente prevista para esse fim na Lei de Responsabilidade Fiscal, também as exigências legais para recebimento de transferências voluntárias.

73. Assinale a alternativa que está em consonância com as disposições da Lei nº 4.320/1964, no que se refere aos estágios da despesa pública.

- (A) O ato emanando de autoridade competente mediante o qual se verifica o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos de documentos comprobatórios do respectivo crédito, denomina-se empenho da despesa.
- (B) No caso de despesas contratuais e outras quando sujeitas a parcelamento, é vedado o empenho global da despesa.
- (C) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, mas, em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
- (D) Denomina-se contingenciamento a ordem para adiantamento ou execução da despesa pública.
- (E) O denominado regime de suplementação, que consiste na entrega de numerário a servidor, é aplicável a realização de despesas que não sejam precedidas de empenho na dotação própria.

74. Determina a Lei Complementar nº 101/2000 que a despesa total com pessoal, em cada ente da Federação e em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita líquida que especifica. Todavia, ocorrerão determinadas vedações aos entes federativos quando, relativamente aos percentuais fixados para cada um deles, a despesa total com pessoal exceder de:

- (A) 50%
- (B) 60%
- (C) 70%
- (D) 85%
- (E) 95%

75. De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados, a transferência internacional de dados pessoais é

- (A) expressamente vedada, sob pena da prática de infração administrativa.
- (B) admitida quando a autoridade estadual competente autorizar a transferência.
- (C) expressamente vedada, sob pena da prática de crime punido com pena de detenção.
- (D) permitida quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.
- (E) admitida excepcionalmente quando o titular fornecer o consentimento específico, com a informação posterior sobre o caráter internacional da operação.

76. Considere que João é a pessoa que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador e há cinco dias, em violação à legislação de proteção de dados pessoais e no exercício de sua atividade de tratamento de dados pessoais, causou um dano moral a Gisele.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é correto afirmar que João desempenha as funções de

- (A) encarregado, sendo subsidiariamente responsável pelos danos ocasionados a Gisele.
- (B) operador, e apenas não será responsabilizado se comprovar que o dano é decorrente de culpa exclusiva de Gisele ou de terceiro.
- (C) encarregado, e somente não será responsabilizado se comprovar que seguiu todos os ditames da legislação de proteção de dados.
- (D) operador, e responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento se tiver descumprido as obrigações da legislação de proteção de dados ou se não tiver seguido as instruções lícitas do controlador.
- (E) operador, e Gisele tem o prazo decadencial de 90 (noventa) dias para comunicar formalmente ao controlador o dano sofrido.

77. Assinale a alternativa que está de acordo com o Marco Civil da Internet.

- (A) A responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros.
- (B) Na provisão de conexão, seja onerosa ou gratuita, admite-se guardar os registros de acesso a aplicações de internet.
- (C) A União deve, no primeiro semestre de cada ano, formular estudos e fixar metas, planos e cronogramas, referentes ao uso e desenvolvimento da internet no País.
- (D) Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- (E) Considera-se como registro de conexão o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet, a partir de um determinado endereço IP.

78. De acordo com o Decreto Federal nº 8.771/2016, a degradação ou a discriminação decorrente da priorização de serviços de emergência

- (A) deve ser justificada em até 48 (quarenta e oito) horas após a transmissão destes dados.
- (B) são medidas adotadas apenas após justificativa prévia aos usuários, sob pena da prática de infração administrativa.
- (C) somente poderá decorrer de comunicações destinadas aos prestadores dos serviços de emergência, ou comunicação entre eles, como previsto na Anatel, ou comunicações necessárias para informar a população em situações de risco de desastre, de emergência ou de estado de calamidade pública.
- (D) deve ser apurada diretamente pela Secretaria Nacional do Consumidor, e, uma vez concluído o procedimento, informado em até cinco dias à Anatel.
- (E) precisa ser previamente comunicada ao Comitê Gestor da Internet, que analisará em caráter de urgência e dará seu consentimento.

79. Considere que Maria adquiriu, para fins de comércio, cópia de programa de computador produzido com violação de direito autoral, mas que tal conduta não causou prejuízos à Administração Direta ou Indireta e nem resultou em sonegação fiscal, perda de arrecadação tributária ou prática de quaisquer dos crimes contra a ordem tributária ou contra as relações de consumo.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 9.609/98, é correto afirmar que Maria

- (A) apenas teria cometido crime se ela tivesse diretamente violado os direitos de autor de programa de computador.
- (B) praticou crime, o qual na hipótese somente se procede mediante queixa.
- (C) cometeu crime sujeito à pena de reclusão.
- (D) não cometeu crime, uma vez que ainda não vendeu a cópia de programa de computador.
- (E) cometeu crime sujeito à pena de detenção e que tem a pena agravada em 1/3 se tiver cometido sonegação fiscal.

80. Considere que Joaquim é hacker e no mês passado invadiu o dispositivo informático de uso de Pedro, Presidente da Câmara da Cidade X, adulterando dados do balanço contábil da empresa que ele é administrador.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código Penal, é correto afirmar que

- (A) se aumenta a pena de um terço à metade, já que o crime foi praticado contra Presidente da Câmara Municipal.
- (B) a conduta de Joaquim apenas configura crime se tiver provocado prejuízos econômicos.
- (C) Pedro tem 30 (trinta) dias para realizar o Boletim de Ocorrência, sob pena do reconhecimento da decadência da persecução penal.
- (D) Joaquim está sujeito simplesmente à pena de detenção e multa.
- (E) a configuração do crime depende de que Pedro demonstre que sofreu prejuízos, ainda que apenas moral; uma vez comprovado, a pena será aumentada de um a dois terços, em razão do cargo ocupado por ele.

